

Euros

Ricardo Alberto Reis Silva Rendall	417,65
Ricardo Filipe Carvalho Amaral Abrantes	417,65
Romina Cibél Fortes Horta	417,65
Ruben Marcelo Silva Abreu	417,65
Rui Miguel Rodrigues Pedro	417,65
Rui Miguel Silva Trovão	417,65
Rute Helena Gomes Barros	417,65
Sandra Emanuela Pereira Santos	417,65
Sandra Regina Lopes Duarte Almeida	417,65
Sara Carolina Bragança Paiva	417,65
Sara Margarida Ferreira Costa	417,65
Sérgio Guimarães Almeida	417,65
Sónia Bastos Moreira	417,65
Tânia Sofia Jesus Monteiro	417,65
Telma Cristina Valério Cardigos	417,65
Telmo Alexandre Figueiredo Leandro	417,65
Tiago Daniel Soares Silva	417,65
Tiago Marques Pimenta	417,65
Tiago Rafael Magalhães Duarte	417,65
Vandrelei Ribeiro Santos Neves	417,65
Vanessa Daniela Gonçalves Fonseca	417,65
Vanessa Patrícia Graça Brito	417,65
Vânia Sofia Ferreira Lapa	417,65
Vítor Emanuel Pires Pascoal	417,65
<i>Total geral</i>	<u>77 420,95</u>

03 de Setembro de 2010. — O Administrador, *Jorge Gouveia Monteiro*.

203660677

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Despacho (extracto) n.º 14190/2010

Dina Bela de Oliveira Bugalho — por Despacho do Exmo. Senhor Presidente deste Instituto, de 05 de Julho de 2010, foi autorizada a contratação, na categoria de Especialista de Informática, Grau 2, Nível 1, para exercício de funções na Escola Superior Agrária de Coimbra deste Instituto, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com início a 05 de Julho de 2010, ficando a Trabalhadora com a remuneração mensal contratualmente fixada.

20 de Julho de 2010. — O Presidente, *Doutor Rui Antunes*.

203660758

Despacho (extracto) n.º 14191/2010

Joel Mário dos Reis Alexandre — por Despacho do Exmo. Senhor Presidente deste Instituto, de 05 de Julho de 2010, foi autorizada a contratação, na categoria de Técnico de Informática, Grau 2, Nível 1, para exercício de funções na Escola Superior Agrária de Coimbra deste Instituto, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com início a 05 de Julho de 2010 ficando o Trabalhador com a remuneração mensal contratualmente fixada.

20 de Julho de 2010. — O Presidente, *Doutor Rui Antunes*.

203660766

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Despacho (extracto) n.º 14192/2010

Pelo Despacho n.º 61/P.IPG/10, de 23 de Julho de 2010, foi autorizada, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2010, a alteração da posição remuneratória de trabalhadores deste Instituto Politécnico que reuniam os requisitos legais necessários para efeitos da alteração de posicionamento remuneratório.

Assim, para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu à outorga de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos do n.º 3, do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, em virtude da alteração para a 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior, nível remuneratório 15, com os seguintes trabalhadores: Ana Paula Pinto Carvalhosa, Catarina Isabel Dourado Ferreira Grilo, Diogo Chouzal do Nascimento, Humberto Daniel Amorim Pinto, José Alberto Saraiva Martins e Teresa Margarida Cova Alpalhão Teodoro.

Guarda, 03 de Setembro de 2010. — O Presidente do IPG, *Jorge Manuel Monteiro Mendes*.

203660799

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Aviso n.º 17968/2010

Nos termos do n.º 7 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal, torna-se pública a legislação e bibliografia necessárias à preparação dos temas da prova de conhecimentos indicados na publicitação do procedimento publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 2010, com o aviso n.º 10800/2010, de 24 de Maio de 2010, bem como na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta n.º OE201005/0998, no jornal “Diário de Notícias”, do dia 4 de Junho de 2010, bem como no site oficial deste Instituto.

Para a preparação dos temas objecto de avaliação na prova de conhecimentos aconselha-se a seguinte bibliografia e legislação:

Caetano, J. e Rasquilha, L. (2007) *Gestão da Comunicação*, Quimera editores.

Eiglier, P. e Langeard, E. (2002) *Servuction: a gestão de marketing de empresas de serviços*, Lisboa: McGraw-Hill.

Lindon, D., Lendrevie, J., Rodrigues J. V. e Dionísio, P. (2000) *Mercator 2000: Teoria e Prática de Marketing*, Lisboa: Publicações D. Quixote.

Constituição da República Portuguesa — Lei n.º 1/2005, de 12 de Agosto (Parte III, Organização do poder político - Título IX, Administração Pública).

Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Declaração de Rectificação n.º 265/91, de 31 de Dezembro; Declaração de Rectificação n.º 22-A/92, de 29 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 Janeiro; Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 118/97, de 24 de Abril.

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, rectificadora pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril — Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;

Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro — Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas;

Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril — Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior — Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, Decreto Regulamentar n.º 15/2009, de 31 de Agosto.

Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria — Despacho Normativo n.º 35/2008, de 21 de Julho, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Rectificação n.º 1826/2008, de 13 de Agosto.

Protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro.

Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública — Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro; Portaria n.º 1633/2007, de 31 de Dezembro; Despacho n.º 6894-A/2009, de 4 de Março; Despacho normativo n.º 4-A/2010, de 4 de Fevereiro.

Regime jurídico do abono de ajudas de custo e transporte ao pessoal da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril — Deslocações em território nacional; Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho — Deslocações ao estrangeiro.

Alerta-se para o conteúdo da alínea 20 do predito aviso no qual se refere que não é permitida a consulta de bibliografia ou legislação anotada.

03 de Setembro de 2010. — O Presidente, em exercício, *José Manuel Silva*.

203660839

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Despacho (extracto) n.º 14193/2010

No uso dos poderes que me são conferidos pelo disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 92.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, e pelo disposto no n.º 3 do artigo 37.º dos Estatutos do Instituto Politécnico do Porto, homologados pelo Despacho Normativo n.º 5/2009, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 26 de Janeiro, publicado no *Diário da República* n.º 22, 2.ª série, de 2 de Fevereiro de 2009, e no n.º 1 a 5 do artigo 17.º do Regulamento Orgânico dos Serviços de Acção Social, aprovado pela deliberação do Conselho Geral IPP/CG-06/2010, de 7 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 152, 2.ª série, de 6 de Agosto de 2010;

Considerando a experiência e perfil profissional, destacando-se, desde logo, a dinâmica e empenho como Administrador dos Serviços de Acção So-